

Comissão pede 13% já para a educação

9 JUN 1985

CORREIO BRAZIL

RAQUEL ULHÔA
Da Editoria Nacional

A democratização e o compromisso social da universidade, a situação da pesquisa e da pós-graduação, e o financiamento das instituições de ensino serão os principais temas a serem analisados pela Comissão Nacional Para Reformulação da Educação Superior, em sua terceira reunião, que acontecerá em Brasília, amanhã e terça-feira. Consta ainda da pauta, o estudo das propostas já elaboradas pelas seis subcomissões criadas no último encontro nacional no Rio de Janeiro. Os grupos foram assim divididos: autonomia universitária, democratização e acesso, pós-graduação e pesquisa, financiamento da universidade, assuntos emergenciais e estrutura da educação superior.

Os assuntos mais polêmicos, já que urgentes, deverão ser os que estão a cargo da subcomissão de assuntos emergenciais, que se reuniu em Brasília nos dias 30 e 31 de maio, sob a coordenação do professor Eduardo De Lamônica. Na ocasião, várias propostas foram elaboradas, principalmente quanto ao orçamento e finanças das universidades brasileiras. Em primeiro lugar, o grupo enfatiza a necessidade de concessão imediata e liberação assegurada de crédito suplementar pleiteado pelas instituições, permitindo que elas possam manter seus compromissos e vocações.

Para isto, salienta a necessidade de aplicação da Emenda

Calmon (13% do recolhimento de impostos da União à educação) ainda este ano, considerando o orçamento em execução e o excesso de arrecadação que venha a existir. Em caráter emergencial, o grupo sugere que o Ministério da Educação atenda às reivindicações já feitas pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) — através do "Estudo sobre a situação financeira das IES Federais" — e Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior (ANDES) — através do documento "Verbas para Outros Custeios e Capital para as universidades federais em 1985".

Para o grupo, o MEC deveria adotar o princípio de dotação global, quando elaborar o orçamento para 1986, e liberar as universidades autárquicas para reaplicarem livremente o saldo de pessoal apurado no ano passado — o que é impedido pelo Decreto nº 86.795, de 28 de dezembro de 81.

SALÁRIOS

A proposta salarial elaborada é de equiparação entre os docentes das autárquicas e fundacionais, corrigindo os desníveis verificados atualmente. Para tanto, o grupo sugere: "a) concessão, a partir de 1º de julho, de aumento diferenciado significativo para os professores autárquicos; b) estabelecimento de datase base unificadas, em 1º de setembro e 1º de março, para a concessão de reajustes ou aumentos salariais, tanto das IES autárquicas, quanto das fundacionais, a partir de 1º de setembro de 1985; nesta oportu-

nidade, ficará assegurado o princípio da isonomia salarial, com a aplicação de correção na base de 100% do INPC e com a concessão de um diferencial para as fundações".

Os membros da equipe que estuda os assuntos emergenciais consideram mais complexa a situação dos servidores técnico-administrativos das universidades autárquicas, já que estão inseridos no Plano de Classificação de Cargos do DASP. Assim, sugerem que seja acrescentado "um expressivo percentual" sobre a Gratificação de Apolo à Atividade de Ensino que já recebem. A comissão pretende estudar este sistema de incentivos diferenciadores a serem inseridos num Plano de Carreira e num Plano de Classificação de Cargos.

Além da questão salarial e financeira, o grupo estudou outros assuntos, como a autonomia universitária. Considera-se necessária a retirada do Congresso Nacional do anteprojeto de lei que dispõe sobre o assunto, enviado pelo governo passado, na gestão da ministra Esther de Figueiredo Ferraz. Para a ANDES, este projeto é autoritário e tecnocrata, não correspondendo ao anseio da comunidade universitária. O professor De Lamônica acredita na disposição do MEC em resolver as questões mais urgentes. Segundo ele, a Secretaria de Educação Superior (SESU) será "a grande representante da comunidade acadêmica junto ao Ministério, levando suas reivindicações imediatas".